

Resenha

NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf (Org.). *O Português e o Tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

Línguas ameríndias e formação da língua portuguesa no Brasil

Maurício Silva Correio*

Como demonstram os excelentes artigos compilados nesse *O Português e o Tupi no Brasil*, os estudos acerca das relações entre a língua portuguesa e as línguas nativas do Brasil, sobretudo o tupi, têm ganhado cada vez mais importância nos meios acadêmicos.

Desenvolvidas por especialistas da área, que atuam dentro e fora do território brasileiro, as pesquisas apontam, por exemplo, que a ideia de *tupi*, no contexto brasileiro, pressupõe uma realidade complexa: da família linguística *tupi-guarani* (o tupi ou tupinambá e o guarani foram as primeiras línguas documentadas dessa família), provêm as diversas variantes idiomáticas utilizadas no período colonial (língua brasílica, língua geral paulista, língua geral amazônica etc.). Além disso, a família *tupi-guarani* proviria, por sua vez, juntamente com outras famílias (aríkem, juruna, mondé, tupari etc.) de um grande tronco denominado tupi, correspondente

* Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação (Capes 5) na Universidade Nove de Julho.

ao papel desempenhado pelo indoeuropeu na Europa. Essa grande família linguística, portanto, teria dado origem a dezenas de línguas e dialetos espalhados pela América do Sul (tupi/tupinambá, guarani, caiová, Ava-guarani, Xetá etc.).

Outra idéia relevante presente no livro, é a de que o etnônimo *tupi* designava, no século XVI, o povo que predominava no litoral de São Vicente e a região de Piratininga (São Paulo), com o qual os portugueses estabeleceram relação amigável; já o etnônimo *tamoio* era o nome dado ao povo que habitava o Rio de Janeiro (que, aliás, chamavam a si mesmo de *tupinambás* e chamavam aos tupis de São Paulo de *tupiniquim*). Do ponto de vista linguístico, *tupi* e *tupinambá* são os nomes dados às variedades de línguas muito próximas, provenientes da família linguística *tupi-guarani*, de que se falou antes. Mas, a partir do século XVII, principalmente com as *bandeiras*, o nome *tupi* passou a designar principalmente o povo do Sudeste e Sul do Brasil, enquanto que o nome *tupinambá* passou a designar os povos do Rio de Janeiro, Bahia, Maranhão e Pará.

Ao estabelecerem relações amistosas com os nativos, os portugueses foram aos poucos incorporando ao seu vocabulário nomes provenientes do tupi/tupinambá, tanto substantivos quanto adjetivos e verbos, o que indica uma interação intensa e contínua. É a partir dessa mistura linguística que surgem, de um lado, a *língua geral paulista* (desenvolvida a partir do tupi e falada pelos mamelucos que participaram das bandeiras e a espalharam por São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, sul de Goiás e norte do Paraná), utilizada até a segunda metade do século XIX; e, de outro lado, a *língua geral amazônica* (desenvolvida a partir do tupinambá e falada pelos tapuias que se espalharam pelo Pará, Maranhão, Amazonas), utilizada até o século XX.

Há também, no livro, preciosos estudos sobre as gramáticas do Tupinambá, que chegaram ao Brasil juntamente com os jesuítas, em 1549, quando Anchieta escreve sua gramática, com a finalidade de outros jesuítas aprenderem a língua, a fim de evangelizarem os nativos. Com base na gramática latina (de Manuel

Álvares), Anchieta escreve, em 1595 (mesmo ano da gramática mexicana de Antonio del Rincón, formando com ela as duas primeiras gramáticas jesuítas coloniais), uma gramática do tupinambá *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, utilizando o português como metalinguagem. Portanto, os dois níveis da gramática de Anchieta – o nível do comentado (tupinambá), que é o objeto, e o do comentário (português), que é o sujeito, representam os dois níveis da sociedade colonial, a dominada e a dominadora.

Alguns estudos voltam-se exclusivamente para a questão dos empréstimos tupis no português do Brasil, ocorrência que aumenta com a chegada dos jesuítas no território brasileiro e suas inúmeras cartas e outras obras aqui escritas. Tal fato teria recebido a contribuição dos viajantes estrangeiros (Staden, Thevet, Léry, Schmidel etc.), bem como dos portugueses (Gândavo, Cardim, Sousa). Contudo, lembram os autores, pelos novos métodos de estudo voltados para a relação entre os dois idiomas, não se pode falar em influência *genérica* do tupi sobre o português.

Finalmente, sobre o processo histórico de colonização do Brasil, há que se destacar o fato de que seu ponto de partida foi o litoral, motivo pelo qual até o século XVII não se formou por aqui nenhuma língua geral, que é típica do interior, como a Língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazônica, fato que, no final das contas, depõe a favor da disseminação do português. A partir do século XVIII, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal e com a publicação do *Diretório dos Índios* (1757), a língua portuguesa começa a ganhar ainda mais terreno, levando-se a concluir que a substituição da língua geral se deu principalmente pelo colapso da atividade missionária. Além disso, há que se observar que a língua portuguesa já era predominante, nesse século, nos grandes centros econômicos e administrativos, perdendo espaço apenas nas regiões mais isoladas, o que já determina o futuro da língua europeia no Brasil.

Outros estudos tratam ainda da variedade do português brasileiro na trilha das

bandeiras paulistas; do uso do tupi na capitania de São Paulo no século XVII; da língua guarani, comparada ao português do Brasil etc.

Além de fazer precioso resgate de teorias linguísticas e filológicas acerca do papel desempenhado pelas línguas indígenas no Brasil e de expor, de forma didática, a situação – presente e pretérita – das línguas nativas no território nacional, o livro organizado por Volker Noll e Wolf Dietrich tem o mérito indiscutível de desmistificar algumas ideias acerca do assunto que, à força de serem exaustivamente repetidas, afirmam-se como verdades absolutas em nossa tradição acadêmica. Uma delas é a de que as línguas indígenas, sobretudo o tupi, influenciaram diretamente a estrutura morfossintática do português brasileiro, quando na verdade essa influência se restringiu mais ao léxico e, eventualmente, à fonética; outra é a de que a aprovação do *Diretório dos Índios*, em 1757, foi o responsável direto pelo impulso da língua portuguesa no território brasileiro, em detrimento da língua geral de base tupi, quando a prevalência do português já era uma realidade que se estava concretizando no país independente do referido documento. Essas duas ideias, bastante comuns nos estudos linguísticos e filológicos ao longo do século XX, são convincentemente combatidas pelos autores, que propõem outra leitura da realidade nacional à luz dos estudos mais recentes acerca das línguas indígenas no território brasileiro.

Por esses e outros motivos, trata-se de uma leitura indispensável aos interessados em assunto tão cativante quanto polêmico.